

CONTROLE SOCIAL E SISTEMA PUNITIVO

Aluna: Gabriela Almeida de Moura Estevão
Orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles

Introdução

A pesquisa iniciada no início deste ano pretende investigar o processo de flexibilização dos meios de acumulação de capital, dos meios de produção, e do mercado de trabalho e seus efeitos nas relações humanas, no exercício de controle social, na configuração do sistema punitivo e a consequente exclusão de setores da sociedade que não fazem parte da força produtiva e não participam ativamente da sociedade de consumo. No próximo período de pesquisa, o foco específico do trabalho será analisar como esses processos citados atingem a população jovem desfavorecida, com a criação de estigmas e a maior criminalização das condutas praticadas por estes, tendo como uma das medidas adotadas a diminuição da maioridade penal.

Para o estudo dos tópicos acima apontados usou-se como base a pesquisa bibliográfica, tendo como principais fontes obras dos autores David Harvey, Löic Wacqüant, e Zygmunt Bauman, todos notórios pelas contribuições de grande qualidade que realizaram no que tange os variados pontos que são discutidos.

A obra de David Harvey é importante para o estudo de conceitos econômicos e políticos, relativos ao processo de transição do sistema capitalista, da flexibilização das relações de trabalho e a consequente instabilidade e insegurança destas.

Os livros de Zygmunt Bauman são essenciais para se discorrer a cerca da questão da flexibilização das relações humanas e também para a explanação da função da criação da sociedade de consumo como elemento identificador de uma sociedade e ao mesmo tempo como mecanismo de exclusão daqueles que vivem a margem dessa realidade, desta forma quase coagindo aqueles que estão dentro do sistema a produzir cada vez mais, alimentando o regime capitalista e permitindo o funcionamento deste.

O escrito de LöicWacqüant apresenta detalhadamente os conceitos de exclusão e seletividade do sistema penal atual, mostrando as camadas menos favorecidas da sociedade como alvo principal das políticas criminais e práticas de acirrado controle por parte do Estado.

Para compreender o estado atual de nossas políticas de segurança e controle social é indispensável a compreensão dos processos e mudanças ocorridos no capitalismo, nas relações de trabalho, no papel do estado como interventor da economia e da criminalização da pobreza e exclusão de uma significativa camada da população.

No século passado, a sociedade capitalista experimentou uma transição de regimes de acumulação de capital, qual seja a passagem de um sistema keynesiano-fordista para um sistema de acumulação flexível. Ocorreu uma crescente flexibilização das relações de trabalho e de produção, fazendo com que o antigo emprego estável seja substituído por diversas formas de subemprego e empregos temporários, prejudicando seriamente a possibilidade de planejamento a longo prazo e o sentimento de segurança do trabalhador médio. Os setores já excluídos do mercado de trabalho, como negros e mulheres, se viram ainda mais afastados da possibilidade de entrar no jogo produtivo. Partimos então da idéia de exército reserva de mão de obra para o desemprego estrutural.

Tal flexibilização aliada ao processo de fomentação de um ímpeto consumista e da ideologia do consumo imoderado iniciado ainda no fordismo gerou uma grande insatisfação. Diante da altíssima taxa de desemprego e da crescente insegurança sentida pelos

desempregados, pelos subempregados e empregados temporários, grande parte deles dos demais excluídos se viram incapazes de satisfazer seus impulsos consumistas. Temos aí dois grandes problemas: A existência de uma grande massa de desempregados ou pessoas de participação econômica inexpressiva na sociedade, e uma grande frustração devida à impossibilidade destes de se adequarem à lógica do consumo. Há pois uma exclusão desses do processo produtivo, do mercado de trabalho e da realidade de consumo.

Criou-se assim o outro, o excluído do mercado de trabalho e do jogo de consumo e a estigmatização deste como um inimigo à ordem estabelecida.

Concomitante a esse processo de exclusão de grande parte da camada social, se vê um dramático crescimento do estado penal, do uso crescente das penas de encarceramento como forma de punição e controle social penal e da aplicação de sanções mais gravosas. É importante observar que estas políticas punitivas não eram uma resposta a uma taxa crescente de criminalidade, mas sim uma resposta mais severa a criminalidade já existente, punindo-se severamente delitos visíveis, de pequeno potencial ofensivo, normalmente praticados pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Políticas como a de “tolerância zero” praticada na cidade de Nova York nos Estados Unidos são um grande exemplo dessa tendência.

Deve se ressaltar ainda a mudança que ocorreu no papel do Estado como interventor da economia ao longo da transição do fordismo para o pós-fordismo. Passou-se de um estado de bem-estar que estimulava o consumo em massa, no qual a legitimação do poder estatal passava pela capacidade deste de sanar os problemas sociais causados pelo modo de produção capitalista, para um estado preocupado com a regulação dos mercados financeiros, no pagamento de dívidas interna e externa e na contenção da inflação. Desta forma, as políticas assistenciais passaram a serem crescentemente mal vistas e aqueles que dependiam destas foram estigmatizados como preguiçosos e perdedores.

Não se pode olvidar do papel do Estado e das instituições privadas – igrejas, universidades e grandes corporações, por exemplo- como criadoras e propagadoras de ideologias que legitimam o meio de produção capitalista e a configuração social que melhor convém para o bom desempenho produtivo e agregador de capital.

Metodologia

O primeiro grande objetivo da pesquisa é compreender a relação entre o conceito de pós-modernidade, como uma forma de experiência histórica e quais as relações desta etapa com as mudanças sociais e econômicas ocorridas no capitalismo a partir do século passado, especialmente a transição de sistemas de acumulação de capital, e a conseqüente hegemonização do modelo de acumulação flexível ou neoliberal.

Para a melhor compreensão destes processos, partiu-se do entendimento dos conceitos de condição moderna e condição pós-moderna.

Segundo Harvey, a condição moderna não só rompeu radicalmente com as condições históricas que a precediam mas também teve como característica marcante um processo permanente de ruptura interna e fragmentação¹. Ela apresenta uma verdadeira dualidade², se não um paradoxo. Isto porque ela de um lado englobava uma busca pelo universal, o eterno e as qualidades imutáveis da humanidade através da razão, busca iniciada pelo projeto da modernidade idealizado pelos iluministas, construindo metanarrativas e grandes discursos universalizantes. E de outro lado esta tinha como característica a constante reinvenção de si mesma, com a destruição das condições que a precediam e a criação de novas estruturas, e pode até se dizer que “a própria modernidade é definida por crise, uma crise nascida do

¹ HARVEY, p. 12

² Este conceito duplo da modernidade foi primeiro exposto por Baudelaire, como indica Harvey em seu livro p. 12.

conflito ininterrupto entre as forças imanentes, construtivas e criadoras e o poder transcendente que visa a restaurar a ordem”³.

David Harvey, para ilustrar tal característica, escolhe dividir o modernismo em diversas fases⁴ como por exemplo modernismo heróico no período entre as guerras mundiais⁵, e alto modernismo⁶. Este último, teve como grande característica a tentativa de organizar e planejar o espaço urbano, inclusive nos esforços de recuperação de cidades destruídas pelas guerras mundiais, com uma arquitetura funcional e pouco preocupada com a beleza, com a celebração do poder e razão burocráticos, com a despolitização da arte, esta última servindo de instrumento glorificador do poder estabelecido⁷.

A condição pós-moderna se caracteriza pela grande flexibilização das relações humanas como um todo, não só das relações de trabalho, mas das amorosas, das sociais em geral também. Pela rejeição da meta-narrativas, do humanismo e do legado iluminista.⁸ O efêmero, o caótico, o múltiplo e o fragmentado são totalmente aceitos nesta conjuntura. A estética da colagem, o fim do planejamento urbano, a miscelânea de culturas e referências étnicas superpostas colore o espaço das cidades. A performance é a expressão artística mais vigente, juntamente com o “happening”. O gosto popular é dominado pela pop art, pelo consumismo e a descartabilidade, pela moda efêmera, pela indiferença⁹.

Em seguida, deve se analisar a conseqüente passagem da primeira condição para a segunda. Foi discutido se a pós-modernidade representa uma ruptura com a estética, com as estrutura política, a social, a econômica, a cultural e com a experiência do espaço e do tempo¹⁰ características da modernidade.

Características como a fragmentação, a descontinuidade e a constante auto-renovação, todas observadas no pós-modernismo, tem uma grande proximidade com uma das facetas já demonstradas do modernismo. Para Harvey, no entanto, este ponto de interseção não faz com que o pós-modernismo se torne uma mera versão do modernismo, uma vez que o caráter fragmentado e descontínuo da modernidade era latente e dominado, enquanto o mesmo caráter na pós-modernidade se apresentava explícito e dominante. Para um autor grandes revoluções na sensibilidade e na experiência da realidade podem ocorrer quando uma característica dormente se torna expressiva¹¹. Vê-se então não uma ruptura, podendo se traçar uma fina linha de continuidade, mas uma transformação no que Harvey diz ser a percepção do mundo, e principalmente uma alteração na compressão espaço-tempo¹².

³ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 92.

⁴ Ibidem, pp. 27-37. “It is invidious, but nevertheless useful to impose upon this complex history some relatively simple periodizations, what kind of modernisms the post-modernists are reacting against” (p.2). O presente trabalho não pretende explicitar e distinguir as diversas fases do modernismo mas sim apresentar elementos para comparação com a condição pós-moderna.

⁵ Ibidem p. 32-34. Nesta época as diversas correntes do modernismo, que já não podiam contar com os argumentos legitimadores unificados do projeto iluminista, passaram a recorrer à estética e à criação de mitos e ícones que fortificassem a sua posição particular. Exemplos disso são as seguintes correntes: a corrente que recorreu à imagem da razão ligada à máquina e a fábrica, vendo o espaço urbano como uma máquina viva; a corrente nazista que optou pelo mito da raça superior ariana e do grande império alemão.

⁶ Ibidem p. 35-37. No período pós-segunda guerra mundial, iniciou-se a parte áurea do modernismo na qual os movimentos culturais e artísticos que tinham maior expressão eram condizentes com o poder estabelecido, no qual o funcionalismo, o utilitarismo e a planificação urbana imperavam, onde os movimentos de reação perderam grande força.

⁷ Ibidem p. 36-38.

⁸ Ibidem p. 41.

⁹ Ibidem p.51-62

¹⁰ O uso deste corte analítico, exposto por David Harvey em seu livro, esclarece bem a diferença entre as práticas culturais e a percepção de mundo vivenciada em cada uma dessas fases históricas, por isso foi escolhido como uma ferramenta de comparação deste projeto.

¹¹ Harvey, p.41.

¹² Ibidem p. 39. A expressão usada em inglês é “a profound shift on the structure of feeling” , de difícil tradução.

Ao falar da concepção de espaço e tempo, temos que levar em conta que “cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e espaço”¹³ Isto que dizer que se torna impossível definir objetivamente esses conceitos os quais ficam sujeitos à repetidas rupturas e reconstruções epistemológicas, que se modelam através dos “processos materiais que servem à reprodução da vida social”¹⁴.

O tempo pode ser visto de diversas maneiras na sociedade moderna. Este é “naturalizado” através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. Exemplos de diferentes concepções de tempo são: o tempo físico como elemento da natureza; o de movimentos cíclicos e repetitivos (quais sejam do café da manhã, da ida ao trabalho, férias, aniversários, festas sazonais); o tempo de família (corresponde ao tempo implícito de criar filhos, e transferir conhecimento e bens entre gerações); o tempo industrial (que aloca tarefas segundo rigorosos movimentos de inovações de localização e tecnologia para garantir a máxima acumulação de capital); o tempo do destino, do mito (evocado em momentos de desespero e exaltação)¹⁵.

O conceito de espaço que, na sociedade moderna tende a ser também naturalizado, mas possui maior complexidade devido a suas diversas dimensões (direção, área, forma, volume, distância, padrão). Este varia de acordo com as particularidades locais, sendo essa divergência conceitual fonte de muitos conflitos¹⁶

Assim como o capitalismo sofreu constantes transformações, também sofreram as concepções de espaço e tempo.

Como já foi exposto, a modernidade, assim como o capitalismo, possui grande capacidade de auto-expansão e adaptabilidade. Pode-se dizer que o processo de consolidação de ambos dependeu da destruição e alteração das práticas espaciais e temporais da sociedade medieval, ditando-se um novo ritmo para a vida social. Desta forma, esse processo de mudança é altamente dependente de transformações impostas no modo de vida e nas práticas sociais, mudanças estas que podem ser inseridas no contexto social através da disseminação de ideologias. Harvey afirma que “a hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político”¹⁷. Iremos discorrer sobre tal conceito em uma seção posterior do presente relatório.

Passamos agora a analisar especificamente algumas mudanças espacial-temporais que ocorreram desde a passagem do feudalismo para o capitalismo para posteriormente discorrer sobre as mudanças de regime de acumulação de capital no capitalismo do século XX, partindo de um modelo keynesiano- fordista para um modelo de acumulação flexível..

Um primeiro dado concreto que demonstra essas transformações espaciais seria a crescente e descontrolada urbanização, que se apoiou na divisão de trabalho entre campo e cidade, experimentada no fim do sistema feudalista. Desta forma, as novas práticas espaciais, não condizentes com a vida feudal, vão criando uma lacuna entre o modo de vida e as condições materiais do feudalismo. Concomitantemente, esse movimento urbanizador tem como sustentáculo a apropriação privada do espaço pelo capital nascente, que passa a oferecer oposição á riqueza constituída pela propriedade fundiária adquirida por meio de títulos de nobreza¹⁸. Devida a este motivo o processo de expulsão de contingente populacional da área rural não tem como ser um processo pacífico, tampouco espontâneo. Fez-se mister uma

¹³ Ibidem p. 187 (versão traduzida).

¹⁴ Ibidem p. 189.

¹⁵ Ibidem, p. 188.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem, p. 207.

¹⁸ ENGELS, Frederich et al. P. 55 e 56.

prática coercitiva que quebrasse os vínculos comunitários tradicionais e que subordinasse os indivíduos a uma posição subalterna na nova divisão do trabalho. O novo tempo experimentado nessa época é guiado pela auto-aceleração constante do sistema produtivo, e a conseqüente necessidade de auto-expansão, substituindo o papel central do sentido cíclico religioso do tempo feudal pelo sentido econômico da nova ordem capitalista, na qual o tempo é ditado pelo ritmo dos processos econômicos e da vida social. Podemos aí identificar mais uma vez a faceta destrutiva-criativa do capitalismo e da era moderna, pois se desvalorizou ativos antigos feudais, abrindo caminhos novos para a idéia de passagem de tempo típicas da fábrica e do trabalhador. A modernidade como experiência histórica pode ser então entendida pela oposição entre a liberdade de movimento adquirida pelo capital em expansão e a sua potencialidade destrutiva em relação à imobilidade das práticas temporais e espaciais do mundo pré-capitalista.

O surgimento da moeda também colabora para essa nova concepção espaço-temporal, na medida em que este estabelece um parâmetro universal de valor capaz de circular facilmente pelos diferentes espaços. Essa fluidez do dinheiro em função do espaço leva a um processo constante de encontrar novas formas de ocupação do espaço com o objetivo de perpetuar sua mobilidade. Tem-se assim um processo contraditório no qual ao mesmo tempo se constrói uma infraestrutura de transportes e meios de comunicação, as quais enfraquecem a localidade; e se criam localidades como as periferias urbanas nas quais se disciplinam espacialmente a força de trabalho. Desta forma, aqueles que não gozam de mobilidade se vêem confinados e submetidos a uma disciplina e escala global estando estes longe de tudo, enquanto aqueles que tem capacidade de locomoção vêem as distancias se aproximando e tudo fica perto.¹⁹

Nesta época há também um esforço grande em adequar os trabalhadores à jornada de trabalho obrigatória, impondo uma nova disciplina do trabalho em função do tempo.

Para Bauman, o início da modernidade tem como marca a emancipação do tempo em relação ao espaço. Isto porque como o tempo passa a ser passível de manipulação por meio das mais variadas tecnologias de comunicação, transporte e disciplina do trabalho, este se torna instrumental para vencer a resistência do espaço e conquista-lo.

Harvey apresenta um dilema: “O espaço só pode ser conquistado por meio da produção de espaço.” Este aponta para a preocupação moderna com a racionalização do espaço com o intuito de assegurar o controle do potencial subversivo das localidades. Nesta época a construção das cidades é extremamente planejada, os espaços são construídos a partir do vazio, com elementos espaciais dotados de uniformidade e regularidade e são de fácil reprodução²⁰.

Já na pós-modernidade experimenta-se uma nova e radical compressão do espaço tempo, fruto da crise do fordismo²¹, na qual o multi-culturalismo, a pluralidade a fragmentação e instantaneidade são o que governam e condicionam a percepção da realidade. A estética é dominada pelo conceito de colagem, abandonado-se o planejamento urbano meticuloso, dando lugar à superposição de diversas referências éticas e estilísticas, recuperando também a busca pelo belo ao invés da busca pelo funcional.²²

A rapidez e sofisticação dos meios de comunicação e a capacidade de se falar e transferir dados entre distâncias enormes em um espaço de tempo ínfimos, confere grande mobilidade ao capital, transformando o sistema financeiro em uma grande ferramenta para destruir definitivamente as barreiras espaço-temporais. Bauman alerta, no entanto, que esta

¹⁹ BAUMAN, Globalização – as Conseqüências Humanas.

²⁰ Ibidem.

²¹ As características desse regime de acumulação serão apresentadas mais adiante nesse relatório.

²² HARVEY, capítulo 4, (versão original).

ferramenta dotada de alto potencial de liberdade, pode ser também uma grande arma imobilizadora para aqueles que não possuem acesso ao mercado financeiro ou aos meios de comunicação²³.

Partiremos agora para a descrição de um corte específico da história do capitalismo, qual seja o processo de consolidação do regime fordista de acumulação de capital, suas características econômicas, sociais e políticas, discorrendo sobre os diferentes papéis exercidos pelo estado em cada momento .

Nos primórdios do século passado, o imperialismo construiu uma atmosfera de competição que demandava a aceleração do ritmo produtivo, a qual estimulou a produção de um grande número de inovações tecnológicas e ocasionou um grande esforço de racionalização da produção. Tomando como base conceitos tayloristas²⁴ instaurou-se o horário de trabalho de oito horas e cinco dólares por dia, disciplinado-se o trabalhador para o processo produtivo de linha de montagem, no qual ele deveria exercer uma atividade específica repetidas vezes ao longo de sua jornada, sendo minuciosamente treinado controlado²⁵.

Estruturado dessa forma, o regime alienava o trabalhador das demais etapas de confecção do produto, deixando este desprovido do poder intelectual sobre os meios de produção, e por isso distanciado do produto final. Desta forma a habilidade do operário foi perdendo a importância, transformando-o em apenas mais uma ferramenta necessária para o bom funcionamento da máquina produtiva²⁶.

A aceitação deste regime se deu gradualmente²⁷, sofrendo forte resistência na Europa, só sendo este plenamente implantado lá depois da segunda guerra mundial com os esforços de reestruturação urbana das cidades européias no pós-guerra, como o plano Marshall por exemplo.

Foi a partir da crise financeira de superacumulação de 1929 que o regime passa a ser uma resposta fundamental aos problemas trazidos pela expansão capitalista. As nações, envolvidas no esforço de reconstrução urbana que decorreu da primeira guerra mundial, afogadas pelos altos níveis de desemprego oriundos da crise e pela crescente “ameaça” comunista, viram o fordismo (com seu rigor e disciplina) como uma grande solução para seus problemas.

O regime só chegou á maturidade, no entanto, após 1945. Neste momento os Estados-nação conseguem, de maneira mais concreta, resolver e usar seus poderes para intervir e exercer controle sobre a economia visando o aumento de investimento global para dar novo fôlego às suas economias. Controle este que para Keynes deveria ser o papel característico do estado, que tinha como objetivo manejar as crises cíclicas do capitalismo²⁸. O estado passou a

²³ BAUMAN, *Modernidade Líquida*.

²⁴ Em 1911, Taylor publica *Os Princípios da Administração Científica*, no qual sustenta que o aumento da produtividade do trabalho poderia ser obtido “através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento”

²⁴. HARVEY, p. 121 (versão traduzida).

²⁵ Tanto a disciplina e a rotinização quanto a crescente designação de cargos administrativos de chefia criaram um ambiente de controle constante, de controle de trabalho sobre o trabalho que permitiram um aumento significativo de produtividade.

²⁶ *Ibidem* p.122-123.

²⁷ “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado que isso”. *Ibidem* p. 121.

²⁸ “O problema, tal como via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções

regular macroeconomicamente, implementando políticas econômicas e fiscais através do investimento em infraestrutura e do estímulo ao consumo e ao emprego. Formou-se, por sua vez, uma rede de políticas de bem-estar que viabilizou a sustentação de elevados níveis de consumo. O estado passou se mostrar como reparador das “pequenas mazelas” resultantes da vigorosa expansão do capitalismo, mal este necessário para o bom andamento do “grande esquema das coisas”. Proporcionou-se, desse modo, suporte à população, conferindo-lhe direitos sociais e trabalhistas e fornecendo-lhes serviços de educação, saúde e habitação públicos²⁹.

Para que essa combinação intervencionismo-fordismo funcionasse, era preciso que as classes trabalhadoras aceitem esse novo e limitador regime de trabalho, e isto foi possível por causa do violento combate e derrota dos movimentos radicais operários que se manifestaram na época.

Tal transformação nos métodos de trabalho importou na prática de produção em larga escala e, por conseguinte, acarretou a necessidade de um grande mercado consumidor para absorver esse contingente produtivo. Tanto o governo como as corporações ocuparam-se então de estimular o consumo em massa.

Temos então um novo homem sujeito a essas novas condições de trabalho e estimulado pelo ideal do consumo imoderado e sua associação com a obtenção de felicidade.

Assim, os estados-nação e as instituições influentes, como as universidades, as igrejas e as corporações (principalmente), passaram a agir fortemente como aparelhos de hegemonização³⁰ do modelo de acumulação flexível ou neoliberal, os primeiros públicos e os segundos privados. Para Marx, o grupo dominante precisa apresentar seus interesses como sendo gerais e pertencentes a todos, devendo criar uma universalidade artificial entre todas as camadas sociais. Isso através da difusão de ideologias com a propaganda, e o uso dos meios de comunicação. Para Gramsci além dessa capacidade unificadora das contradições de classe, a hegemonia tem também como acepção a idéia de reforma cultural³¹ e, como foi visto, as reformas culturais e as novas percepções do espaço e do tempo tem uma íntima relação com as mudanças econômicas e políticas que são experimentadas em um determinado momento histórico.

A extrema produtividade e prosperidade do fordismo começam a trazer problemas para o capitalismo a partir de meados da década de sessenta. Os Estados Unidos se vêem engajados na luta contra a pobreza e na guerra do Vietnã e posteriormente sofrendo com uma séria crise fiscal causada por uma significativa queda na produtividade e na lucratividade das corporações. Isso gerou a necessidade de emissão desenfreada de moeda e um conseqüente problema inflacionário³². O mercado ocidental europeu e o japonês, ambos em estado de saturação, precisavam de urgentes políticas de exportação e inserção em mercados internacionais. O que levou a competição destes com o mercado norte-americano levando à quebra do acordo de Breton Woods e a queda da importância do dólar.

O regime fordista já não tinha capacidade de contornar as contradições do capitalismo, pois tinha como característica marcante a rigidez em diversos setores: no de investimentos de capital fixo; no mercado de trabalho (sua alocação, seus contratos, sendo qualquer tentativa de flexibilização embaraçada pelo poder da classe operária); nos compromissos estatais com as

nacional-socialistas implicavam. É nesse contexto confuso que temos de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais da própria produção.” Ibidem p. 124.

²⁹ Ibidem p. 134-135.

³⁰ Este termo refere-se ao conceito de hegemonia, um instrumento teórico para melhor compreender a relação entre formação econômico-social e a dominação política. Ele foi utilizado por Lênin e desenvolvido por Antonio Gramsci.

³¹ COUTINHO, p. 27 e seguintes.

³² HARVEY, p. 135. (versão traduzida)

políticas de bem-estar social. A única possibilidade de desafogamento residia na flexibilidade do poder ligado à impressão de dinheiro, o que levou a uma política de emissão de notas e à conseqüente alta avassaladora na taxa de inflação em diversas economias do mundo³³.

Essa fragilidade foi maximizada pela crise do petróleo de 1973 que trouxe sérias conseqüências: a desestabilização no mercado de petro-dólares; a mudança drástica do custo de energia, obrigando diversas corporações a adotar sérias medidas de economia de gastos energéticos na produção, o que implicou na diminuição da capacidade produtiva e no investimento na criação de novas tecnologias e métodos organizacionais; Uma séria crise no sistema fiscal dos “welfare states”, devido a crescente demanda de práticas assistencialistas por parte da população vitimizada pela crise econômica, e a incapacidade da receita de atendê-la, gerando insatisfação tanto dos contribuintes, que viam sua carga tributária cada vez mais aumentada, quanto dos que seriam beneficiados pela assistência, por não terem suas necessidades atendidas³⁴. As corporações tentaram contornar os riscos subversivos desse descontentamento através da implantação de um regime ainda mais rígido de controle do trabalho, o que gerou ainda mais frustração nos trabalhadores.

Diante da patente crise, iniciou-se um esforço para combater a rigidez criada pelo fordismo através da formação de um regime de acumulação flexível e de flexibilização do mercado de trabalho e dos padrões de consumo. Os empregadores se aproveitaram do estado enfraquecido dos sindicatos e do crescente número de desempregados desesperados para a achar uma ocupação, tornaram o regimento do trabalho mais flexível, reduzindo o uso do emprego regular a favor da utilização de “do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.”³⁵ Cabe notar que “esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo.”³⁶ Somado a isso, multiplicam-se as políticas de demissão voluntária, de reestruturação e cortes nos quadros de pessoal de empresas, resultando em um enorme contingente de desempregados desprovidos da possibilidade de re-inserção no mercado, o que configurou uma situação de desemprego estrutural.

Os desempregados não podem mais contar com as políticas de bem estar social, pois estas perderam sua legitimidade por serem custosas aos contribuintes, e pelo crescente pensamento de que não existiria razão moral para ajudá-los, visto que estes se encontram nessa situação por serem incapacitados e preguiçosos. Assim, mesmo aqueles que ainda

³³ HARVEY, p. 141-145 (versão original).

³⁴ Ibidem, p. 145.

³⁵ HARVEY, p. 143 (versão traduzida). Pode se delinear então uma nova estrutura de mercado de trabalho que é descrita da seguinte forma por Harvey: “O *centro* – grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do atlântico- se compõe de empregados ‘em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização.’ Gozando de maior segurança no emprego (...) esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível, e se necessário, geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (...), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno. A *periferia* abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias (...). Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, ‘o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural’. O segundo grupo periférico ‘oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego que o primeiro grupo periférico.’ Ibidem p. 144.

³⁶ Ibidem p. 144.

poderiam recorrer as escassas medidas assistencialistas são relutantes a fazê-lo, pelo fato de tal procura implicar na “confissão” deste estado de incapacidade e derrota³⁷.

Cabe lembrar que estes excluídos estão inseridos numa cultura de consumo propagada pelo Estado e pelas grandes corporações. esforço este que se iniciou desde a época fordista e exacerbada no período pós-fordista. O consumismo, próprio deste último regime, tem como marcas: o caráter efêmero do prazer trazido pelo consumo, emprestando à mercadoria uma descartabilidade. Desta forma, os indivíduos agora se sentem compelidos não só a consumir muito, mas com grande frequência, tendo o prazer, sentido pela aquisição de algo, uma duração curtíssima³⁸.

A impossibilidade de satisfazer tão forte ímpeto consumista leva a uma grande insatisfação destes desempregados e contribui para a verdadeira disseminação e fortalecimento de relações de trabalho e mercado informais, familiares, e até ilícitas, como o comércio de rua, e até o tráfico de entorpecentes e armas. Estes trabalhadores produzem sem a proteção das garantias trabalhistas da formalidade, que por sua vez estão sofrendo processo de flexibilização³⁹.

A existência desse grupo que não possui as cartas do jogo de consumo, possui um caráter ambivalente. Se, por um lado apresenta uma ameaça à ordem constituída devido ao expressivo número de insatisfeitos, ela também possui relevante utilidade. Isto porque esses incapazes são a personificação da tragédia e agrura que pode recair sobre o indivíduo que não participa do “jogo” de consumo ou que o fazem de maneira ilegal. Forma-se um poderoso mecanismo de controle que mantém os “jogadores” calmos e inofensivos e inseridos no contexto produtivo.⁴⁰

Estes consumidores frustrados, situados à margem da sociedade assim, principalmente quando estes praticam atos ilícitos visíveis (como o tráfico de drogas, o terrorismo, o assalto à mão armada), representam um inimigo interior da realidade do capitalismo pós-moderno. Para entender esse conceito de inimigo interior é interessante observar a seguinte explicação apresentada por Bauman: “Todo tipo de ordem social produz determinadas fantasias dos perigos que lhe ameaçam a identidade. (...) De um modo geral (..) a imagem da ameaça tende a ser um auto-retrato da sociedade com um sinal negativo. A sociedade insegura da sobrevivência de sua ordem desenvolve a mentalidade de uma fortaleza sitiada. Mas os inimigos que lhe sitiaram os muros são seus próprios ‘demônios interiores’ – os medos reprimidos e circundantes que lhes permeiam a vida diária e a ‘normalidade’, e que, no entanto, a fim de se tornar suportável a realidade diária, *devem ser dominados, extraídos do cotidiano vivido e moldados em um corpo estranho, um inimigo tangível com que se possa lutar* [grifo meu]⁴¹.”

Para o autor, enquanto na modernidade o grande inimigo era a conspiração revolucionária, na pós-modernidade, com a privatização da tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos, já que o mercado e não o estado é a fonte de ordem e já que o individualismo e o empreendedorismo são os valores dominantes, elegeu-se os desfavorecidos e os criminosos como o novo inimigo interno.⁴²

Deve se notar que há, no entanto uma fraca resistência e ameaça ao sistema de acumulação pós-fordista. As reivindicações sociais em geral- até mesmo os movimentos para a inclusão de negros, mulheres, homossexuais e outros excluídos- não possuem uma política radical e conseqüente. O superindividualismo e o empreendedorismo já mencionados também

³⁷ BAUMAN, O mal estar na pós-modernidade. Cpts. II e III.

³⁸ HARVEY, p. 146-150 (versão traduzida).

³⁹ BAUMAN, O mal estar na pós-modernidade. Cpts. II e III

⁴⁰ Ibidem, Capt. III

⁴¹ Ibidem, p. 52-53.

⁴² Ibidem.

contribuem para esse caráter quase inofensivo dos movimentos, visto que se perdeu grande parte da noção de coletividade e luta conjunta.

Cabe lembrar ainda que o estado agora tem uma inserção nova no contexto econômico, exercendo não mais o papel de estimular o pleno emprego e ao consumo de massa, mas de regular o mercado financeiro, pagar as dívidas interna e externa, e a contenção da inflação.

Bauman argumenta então que para lidar com o contingente de excluídos, o inimigo interno da ordem vigente, os Estados substituem as políticas do bem-estar pelo controle social penal⁴³. Isso por que com a ausência de controle das disparidades por meio de políticas sociais, fatalmente surgirão movimentos da classe de trabalhadores e insatisfeitos- por mais que na pós-modernidade dificilmente se encontrasse tentativas organizadas e poderosas de resistência. Faz-se mister, portanto, renovar o controle do Estado sobre os descontentamentos perante o projeto neoliberal. A criminalização da pobreza e o Estado Penal se tornam uma resposta complementar a para esse problema. Com o controle social punitivo não se pretende recuperar ou re-inserir o excluído na sociedade e no mercado de trabalho, mas sim excluí-lo definitivamente e estigmatizá-lo, isolando-o no sistema prisional⁴⁴.

Para melhor entender esse processo julga-se interessante estudar as análises realizadas por Dornelles e Wacquant acerca das políticas sociais e penais adotadas nos Estados Unidos a partir do último quarto do século XX.

De acordo com Dornelles, a partir da década de oitenta, os Estados Unidos incluíram em sua agenda a implementação de modelos de segurança pública altamente repressivos conjuntamente com a disseminação destes no plano internacional, exportando modelos punitivos como o de combate ao narcotráfico. Outro é o de “tolerância zero” criado pelo prefeito de Nova York Rudolf Giuliani que acredita que “os inimigos sociais estão nas ruas, são os ‘squeegee-men’, indivíduos ‘sem-teto’, que vivem nas ruas, abordam pessoas na calçada, pedem esmola, assediam motoristas de automóveis nos sinais luminosos, prestando serviços em troca de moedas, são os ambulantes, mendigos – considerados vadios – uma população de rua em estado de indigência. São subproletariado urbano, o ‘lumpensinato’ que representam o mal a ser eliminado”⁴⁵. Tal modelo parte do pressuposto que a punição severa de pequenos delitos poder servir como elemento desencorajador da prática de crimes em geral.

Para Wacquant⁴⁶ a criminalização da pobreza no país norte-americano é acompanhada de uma quase inexistência de políticas sociais de assistência e de controle. O estado americano, em sintonia com os aparelhos privados de hegemonia, passa então a investir fortemente na recuperação de concepções da antiga escola positivista de criminologia- que pregava como causa da desigualdade social a disparidade de capacidade cognitiva individuais, insinuando que os pobres se encontravam em situação desvantajosa não por fruto de injustiças sociais ou de um modelo excludente, mas sim por uma incapacidade intelectual natural sua. A imagem do pobre como inadequado, perdedor e preguiçoso foi amplamente difundida pelos veículos de comunicação de massa, desde os programas de TV até os filmes, e também pela educação dada às crianças nas escolas e pelo treinamento nas grandes corporações. Concomitantemente, nestes mesmos meios, glorificava-se o homem bem sucedido, o vencedor, como aquele que produz e participa ativamente do mercado financeiro e de consumo.

A associação deste discurso criminalizador com o sentimento de insegurança trazido pelo modo de acumulação pós-fordista, cria uma situação de disseminação do medo e da

⁴³ BAUMAN, *Mal-estar na pós-modernidade*.

⁴⁴ Remetemo-nos aqui à citação de Bauman sobre a noção de inimigo interno na página 13 desse relatório.

⁴⁵ DORNELLES, p. 54.

⁴⁶ WACQUANT, *Punir os Pobres*.

imagem da desordem, para depois legitimizar a busca quase incondicional pela segurança, tornando aceitáveis políticas que chegam até a ferir direitos fundamentais. Assim como os direitos humanos, o direito a políticas assistencialistas dos pobres passa a praticamente não ser levados em conta nos Estados Unidos. Um grande exemplo disso foi a aprovação da “lei sobre Responsabilidade Penal e Trabalho” durante o governo Clinton. Esta trouxe um corte radical nos recursos para assistência com o discurso de acabar com a “cultura da dependência” desenvolvida em face da rede de bem estar social do Estado, para estimular assim a busca de emprego. O problema dessa lei está no fato de grande parte dos beneficiários desses programas se encontrarem empregados no setor informal da produção e submetidos a condições precárias de trabalho.⁴⁷

Tal “guerra aos pobres” tem como contrapartida à hiperinflação do sistema carcerário americano. Este se deve muito mais a aplicação de penas mais severas a infrações de pequena gravidade, que antes não tinham a reclusão como pena, e à diminuição da maioridade penal para abaixo de dezesseis anos, do que a um prolongamento dos tempos de pena ou ao aumento da criminalidade violenta. Segundo observa Wacqüant, “esta brusca inversão da curva demográfica carcerária seguida de um vôo que nada parece capaz de refrear é ainda mais notável por se ter produzido durante um período de estagnação, quiçá de recuo da criminalidade”.⁴⁸

Criou-se então uma “rede penal de controle” dos pobres, estando grande porção da população pobre ou presa ou submetida à tutela da justiça. Wacqüant chega a concluir que a prisão tem um caráter substitutivo do gueto, pois configura um mecanismo de afastamento e exclusão quase definitiva desse setor da sociedade e que consome uma fatia crescente do orçamento americano, enquanto as quotas atribuídas a hospitais e à educação diminuem.

Considerações finais

A pesquisa realizada até o presente momento analisou preliminarmente os conceitos de condição moderna e pós-moderna e ao colocar em oposição suas características foi possível apontar pontos de similaridades, identificando como comum em ambos a característica de ruptura interna, de reinvenção, de fragmentação, sendo esta latente na primeira e explícita na segunda. Pôde-se perceber também que ao longo dessa transição a forma de percepção da realidade se modificou, observando-se na primeira a predominância de um espaço planejado, de urbanização programada com o objetivo de alcançar a funcionalidade, de uma busca por verdades universais e na segunda um movimento de urbanização com a estética da colagem, do uso de referências plurais e multi-étnicas; do caráter passageiro tanto dos sentimentos quanto dos ímpetos consumistas; da flexibilidade das relações humanas.

Observou-se também com o estudo da transição do fordismo para o pós-fordismo a passagem de um regime de relações de trabalho rígidas, meticulosamente disciplinadas, de uma participação do estado com políticas de bem-estar social e de fomentação do consumo para um regime de acumulação flexível, com relações de trabalho flexíveis e o conseqüente desemprego estrutural, que, por sua vez, criou um contingente de trabalhadores excluídos e impossibilitados de se re-inserir no meio produtivo e de participar do mercado de consumo agora colorido pela inconstância dos desejos. Estes excluídos empobrecidos foram estigmatizados e, não mais podiam contar com políticas assistencialistas do Estado (visto que esse passou a ocupar o papel de regulador das operações financeiras e gerenciador de dívidas externas e internas). Estes foram crescentemente sugados pelas severas políticas de controle social penal, as quais foram sendo implementadas diante de um verdadeiro movimento criminalizador da pobreza.

⁴⁷ Ibidem, p. 46.

⁴⁸ Ibidem, p. 64

A segunda etapa da pesquisa será dedicada a análise da seguinte questão: Por que nas últimas décadas se experimentou um aumento significativo na imputação de condutas criminosas a indivíduos desfavorecidos cada vez mais jovens e a diminuição da maioria penal ganhou espaço e aplicação na sociedade contemporânea? Para analisar esta problemática, partiremos da aceção já investigada do uso da prisão como forma de controle e exclusão, no qual esta parte "esquecida" da sociedade é cada vez mais deixada de lado pois esta constitui a política mais interessante para a lógica de funcionamento do capitalismo. A partir desta primeira análise, poderá se estudar a perspectiva do jovem como ser selecionado para sofrer a sanção criminal e o uso das políticas de diminuição da maioria penal e endurecimento das medidas sócio-educativas e do quantum das penas atribuído a estes.

Bibliografia:

- 1 - BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar Na Pós-modernidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. 272p.
- 2 - _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- 3 - COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 4 - DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões**. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003.
- 5 - ENGELS, Frederich e MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- 6 - HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 7 - HARVEY, David. **The Condition of Potmodernity**. 1 ed. Malden: Blackwell Publishing, 1990.378p.
- 8 - _____. **A Condição Pós-moderna – uma investigação sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (versão traduzida do livro acima)
- 9 - GIORGI, Alessandro De. **A Miséria Governada Através do Sistema Penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.128p.
- 10 - WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: - A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.